

Produção científica e contribuições do grupo de estudos e pesquisa em políticas públicas e lazer (GEP3L) da UNICAMP

RESUMO

O objetivo deste artigo foi descrever e analisar o processo de desenvolvimento e a produção do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEP3L), da Faculdade de Educação Física (FEF), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para tanto, analisamos dissertações, teses e artigos produzidos pelo GEP3L entre os anos de 2004 e maio de 2021, que indicaram uma pluralidade teórica e interdisciplinaridade metodológica no conjunto das pesquisas, assim como recortes críticos que tematizam as políticas públicas de lazer e esporte na conjuntura nacional e nos estados e municípios. Em seu tempo de existência, o GEP3L articulou produções teóricas e ações de extensão, e formou mestres e doutores que atuam em diversas instituições e níveis de ensino, na gestão pública e privada de distintas regiões do país. Mais recentemente, o grupo galgou consolidar colaborações internacionais que enriquecem a atuação científica acerca de políticas públicas de lazer e esporte.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Lazer; Esportes; Pesquisa

Silvia Cristina Franco Amaral

Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, Brasil
scfa@fef.unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0001-7708-7034>

Bruno Modesto Silvestre

Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade de Pernambuco, Escola Superior de Educação Física, Recife, Brasil
modesto.b@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4147-1306>

Marília Martins Bandeira

Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, Brasil
marilia.bandeira@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-4055-1881>

Dirceu Santos Silva

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande, Brasil
dirceu.silva@ufms.br

<https://orcid.org/0000-0002-4557-4118>

Scientific production and contributions of the group of studies and research on public policies and leisure (GEP3L) of UNICAMP

ABSTRACT

The purpose of this article was to describe and analyze the development and production process of the Study and Research Group on Public Policies and Leisure (GEP3L) of the FEF/Unicamp/Brazil. To this end, we analyzed dissertations, theses and articles acquired by GEP3L members, between the years 2004 and may/2021, which indicated a theoretical plurality and methodological interdisciplinarity in the set of research, as well as focus on public leisure and sport policies in the national, states and municipalities context. In its time of existence, GEP3L articulated theoretical productions and extension actions, and trained masters and doctors who work in different institutions and levels of education, in the management and private sector of different regions of the country. More recently, the group has managed to consolidate international collaborations that enrich scientific work on public policies on leisure and sport.

KEYWORDS: Public policies; Leisure; Sport; Research

Producción científica y aportaciones del grupo de estudio e investigación sobre políticas públicas y ocio (GEP3L) de la UNICAMP

RESUMEN

El propósito de este artículo fue describir y analizar el proceso de desarrollo y producción del Grupo de Estudio e Investigación en Políticas Públicas y Ocio (GEP3L), de la FEF/Unicamp/Brasil. Para ello, se analizaron disertaciones, tesis y artículos elaborados por GEP3L entre los años 2004 y mayo de 2021, que indicaban una pluralidad teórica e interdisciplinaria metodológica en el conjunto de investigaciones, así como extractos críticos que temían las políticas públicas de ocio y deporte en el contexto nacional y en los estados y municipios. En su época de existencia, GEP3L articuló producciones teóricas y acciones de extensión, y capacitó a maestros y doctores que laboran en diferentes instituciones y niveles de educación, en la gestión pública y privada en diferentes regiones del país. Más recientemente, el grupo ha logrado consolidar colaboraciones internacionales que enriquecen el desempeño científico de las políticas públicas de ocio y deporte

PALABRAS-CLAVE: Políticas públicas; Recreación; Deportes, Investigación

INTRODUÇÃO



A emergência do campo de estudos relacionado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil se desenvolveu predominantemente por meio da contribuição de pesquisadores oriundos e/ou vinculados à educação física, enquanto outros campos apenas tangenciavam, ou tratavam tais objetos como algo secundário frente às outras temáticas tidas como mais relevantes (AMARAL; PEREIRA, 2009; AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014).

Grande parte dos estudos desenvolvidos no campo do lazer¹ se constituiu primeiramente como ação pública, o que marcou a conformação dos primórdios de uma teoria do lazer no Brasil. Em uma etapa posterior, estudos como os de Marcassa (2002) e Werneck (2003) realizaram apontamentos que contribuíram para a relação e desenvolvimento do lazer enquanto objeto de estudo das políticas públicas. Sobre o campo do esporte, os estudos pioneiros envolveram a discussão do “Esporte para Todos” (CAVALCANTI, 1984), os setores excluídos da política do esporte no Brasil (LINHALES, 1996) e o avanço do setor privado nas políticas públicas de esporte após a Constituição Federal de 1988 (VERONEZ, 1996).

A base legal, objeto do presente campo de pesquisa, ganhou ênfase a partir da Constituição Federal de 1988, que contemplou o lazer como direito social e o esporte como direito de cada um. A partir desse momento, os dois setores foram definidos na legislação como problemas políticos, de responsabilidade do Estado, e passaram a disputar recursos públicos, por incentivo de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Nesse sentido, a criação do Ministério Extraordinário do Esporte, em 1995, foi o primeiro passo, mas no período, não contava com o apoio técnico e administrativo. Só a partir da criação do Ministério do Esporte (ME), no ano de 2003, que o lazer e o esporte conseguiram uma estrutura governamental. Nesse período, ganhou destaque a criação de programas e projetos nas três dimensões esportivas: rendimento, educacional e participação (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

O ME, nos seus primeiros anos, sinalizou para a criação de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL), com destaque para o debate na I Conferência Nacional do Esporte (CNE), em 2004, e II CNE em 2006. A partir de 2007 e realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a agenda do SNEL, passou a ser substituída pela agenda dos megaeventos esportivos, materializada a partir da publicação do Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL) elaborado, em 2010, na III CNE. O direcionamento de orçamento público para a agenda política dos megaeventos esportivos gerou

¹ As discussões sobre o lazer realizadas pelo GEP3L acompanham as formulações expressas em Amaral e Costa (2012), ao compreenderem o lazer como um fenômeno social, típico da modernidade, que se manifesta em uma constante de afirmações e negações da lógica do trabalho alienado e carrega consigo a possibilidade de materializar enquanto um tempo-espaço liberado.

uma série de questionamentos, e a sua análise foi de grande relevância para o aprimoramento das decisões e aperfeiçoamento das políticas públicas (SILVA; SILVESTRE; SILVA, 2020). As mudanças de agendas e direcionamentos de recursos públicos para os megaeventos esportivos contribuíram para a formação de agenda de pesquisa do grupo, que passou a desenvolver pesquisas sobre a temática.

A materialização de uma agenda em ação política para Lazer e Esporte no país também estimulou a criação do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEP3L), vinculado à Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a desenvolver não apenas estudos do lazer, visto que a agenda de pesquisa da universidade pública deve contemplar demandas da comunidade, região e nação.

Iniciado em 2004, o GEP3L tem se mostrado perene na produção de conhecimento e na formação de pesquisadores em políticas públicas vinculadas ao lazer e ao esporte. Os objetos de estudo e os instrumentos teórico-metodológicos eleitos pelos membros do grupo se atualizaram e diversificaram ao longo dos anos. Mas, embora acolha diversas abordagens de pesquisa, a marca deste coletivo é a base crítica na análise das políticas públicas de lazer e esporte de diferentes entes federativos (federal, estadual e municipal).

Dessa forma, o objetivo deste artigo foi descrever e analisar o processo de construção e produção científica de dissertações, teses e artigos do GEP3L no campo das políticas públicas de lazer, esporte e megaeventos esportivos articuladas com ações de extensão. Assim, buscamos responder as seguintes questões: Quais as principais temáticas pesquisadas pelo GEP3L? Quais estratégias teóricas e metodológicas foram adotadas na análise dos dados?

MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo é uma revisão bibliográfica das dissertações, teses e artigos vinculados ao GEP3L da FEF/Unicamp. O recorte temporal ocorreu entre 2004 e maio de 2021, justificado por considerar todo o período de existência do grupo.

A coleta de dados referentes às produções de mestrado e doutorado foi realizada no repositório de dissertações e teses da Unicamp. Os artigos foram buscados na plataforma Currículo Lattes da líder do grupo e, como critério de inclusão, foram selecionados os originados de pesquisas da pós-graduação *stricto sensu* de membros do grupo e que geraram produções coletivas. Após tais recortes, foram analisadas 7 teses, 9 dissertações e 15 artigos publicados em língua portuguesa e inglesa.

As informações foram descritas e analisadas a partir da leitura do material, título e data da defesa ou data da publicação do artigo, temática desenvolvida, referencial teórico-metodológico utilizado, tipos de análises e principais resultados.

CONSTRUÇÃO DO GEP3L, TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DE PESQUISA E SUAS DIFERENTES FASES

A criação do Departamento de Estudos do Lazer (DEL) da Unicamp foi pioneira no Brasil, e se constituiu como um momento importante para o campo de estudos do lazer e do esporte, com referencial teórico alinhado às ciências humanas. A produção científica no DEL, com contribuições teóricas e práticas dos professores Lino Castellani Filho, Antonio Carlos Bramante e de Nelson Carvalho Marcellino, foram, segundo Lima (2017), os principais destaques da área, na década de 1980. Esses autores sistematizaram inúmeros estudos sobre políticas públicas de lazer, naquele período, e posteriormente, assessoraram prefeituras, governos estaduais e governo federal.

A partir dessa influência e com o desmantelamento do DEL, que o GEP3L foi criado e passou a ser o reduto na FEF da Unicamp, dos alunos estudiosos do lazer e das políticas públicas de lazer e de esporte. Primeiro, a tese da fundadora, que garantiu corpo teórico para a construção do grupo, foi defendida na Unicamp, com o título “Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre”, sob orientação de Antonio Carlos Bramante. A tese problematizou como se dava a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre, ou seja, possibilidades e limites da presença da população na definição do orçamento participativo (AMARAL, 2003). Em março de 2004, após a defesa da tese, as atividades do GEP3L foram iniciadas. A partir de uma análise retrospectiva, podemos afirmar que até maio de 2021 o grupo passou por dois momentos constitutivos principais.

O primeiro momento envolveu a construção de uma produção científica em nível de graduação e mestrado. O primeiro aluno de pós-graduação em Educação Física esteve ligado à pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e defendeu a dissertação intitulada “Lazer, políticas públicas e a rede de atuação matricial em Santo André” (COSTA, 2008). Nunes Junior (2009) buscou apresentar discussões sobre lazer e espaço público, com recorte dos conflitos no uso do Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo. Nakamoto (2010) investigou os significados do taikô² no Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas. Santos (2011) investigou a trajetória do direito social ao lazer a partir da contemplação na Constituição Federal Brasileira de 1988. Pizani (2012) procurou compreender e analisar os

² O taikô é uma prática musical, percussiva, corporal e coletiva, que utiliza os tambores japoneses como instrumentos principais

parques e recantos infantis, criados, a partir de 1940, na cidade de Campinas-SP, como importantes instituições destinadas à assistência, educação, cultura e recreação da população infantil desse município.

Nesse primeiro momento, o grupo desenvolveu projetos de extensão articulados com a produção científica. Pode-se destacar dois projetos: “Meu Corpo, meu Brinquedo” e “Lazer Itinerante”. O primeiro tinha por objetivo proporcionar a vivência lúdica de diferentes atividades para crianças de 4 a 11 anos, na utilização dos corpos como forma de linguagem e expressão. O segundo buscou consolidar uma relação entre a universidade e a sociedade, ao promover por meio de demandas de diferentes comunidades da cidade de Campinas, ruas de lazer. A ideia consistia em criar intervenções em cogestão com a sociedade. Esses projetos existiram até 2010 e foram deles que se originaram alguns dos pós-graduandos do GEP3L. Os temas recorrentes do primeiro período foram a participação popular e gestão matricial. Além disso, o grupo desenvolveu uma pesquisa “guarda-chuva” intitulada “Usos do tempo livre na Vila Holândia: o lugar das práticas corporais” (2009-2011). Esse projeto partiu do pressuposto de que a aceleração e expansão da exploração do solo pela iniciativa privada produziu a redução da vida comunitária, do tempo e dos espaços antes destinados à convivência e, conseqüentemente, à fruição de práticas corporais naquele local. A partir desse levantamento, foram organizadas, com os moradores, oficinas de práticas corporais, escolhidas de acordo com a relevância das mesmas para a comunidade.

No segundo momento, de consolidação do GEP3L, com a presença de estudantes de pós-graduação e de outros membros interessados no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o grupo passou a se organizar com a seguinte ementa:

O GEP3L tem por objetivo desenvolver estudos sobre o lazer, esporte e as suas políticas públicas, especialmente relacionadas à Educação Física. Para isso, o grupo realiza reuniões periódicas, nas quais se discutem esses temas, fazem-se leituras coletivas de obras importantes a esses estudos, planejam-se publicações e ações coletivas. A aplicação e difusão do conhecimento acontece pela participação em congressos, em pesquisas realizadas com outros grupos nacionais e internacionais, por intervenções pontuais por meio de palestras ou assessoramento a órgãos públicos e privados, bem como pela constante atualização em disciplinas de graduação e pós-graduação e em cursos de extensão.³

Duas teses foram defendidas na transição de períodos, a primeira de Pereira (2012), que analisou o capital social e lazer da cidade de Angra dos Reis-RJ, interligadas ao negócio da residência secundária, e a segunda de Ribeiro (2012), que investigou a intersetorialidade nas políticas públicas de lazer na cidade de Brotas-SP. Ambas envolveram a análise de políticas

³ Tanto a ementa como outras atividades do GEP3L podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: <http://www.fef.unicamp.br/fef/posgraduacao/gruposdepesquisa/gepl/apresentacao>. Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

públicas e do direito social ao lazer, o que contribuiu para a compreensão do contexto histórico e apropriação dos espaços e equipamentos esportivos como parques públicos. Outros subcampos da educação física foram incorporados em função dos interesses de novos alunos que passaram a compor o grupo no: mestrado, a condição de trabalho e lazer dos professores da educação básica pública paulista (SILVESTRE, 2016); e doutorado, as políticas nacionais pioneiras para as emergentes práticas de lazer de aventura no Brasil e na Nova Zelândia (BANDEIRA, 2016), o Centro de Estudos do Lazer do Serviço Social do Comércio (GALANTE, 2018) e Paganella (2020), que investigou as percepções de diretores, coordenadores e professores de educação física na formulação do Programa Saúde na Escola na Região da Grande São Paulo.

A partir da consolidação da agenda política para sediar os megaeventos esportivos no governo federal, o grupo também se viu demandado a priorizá-los. Por consequência, surgiram pesquisas que buscaram compreender os projetos desses eventos, os programas que lhes deram sustentação e os legados que deixaram para as cidades brasileiras – a qual foi entendida para além de um conjunto de direitos e deveres, encarada como a prática de efetiva participação no destino da sociedade em que vivemos.

Pode-se destacar duas dissertações do período: Paes (2014) investigou as políticas públicas de esporte educacional organizadas pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo, a partir do contexto de realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e Bastos (2016), que analisou os significados de megaeventos esportivos como Copa das Confederações da FIFA de 2013, Copa do Mundo da FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos 2016 em reportagens da Revista Piauí. Três Teses relacionadas à temática foram defendidas: Silva (2016) analisou o planejamento e a gestão de risco da Copa do Mundo da FIFA de 2014, com ênfase nos riscos econômicos, sociais, políticos, organizacionais, ambientais e de saúde do Estado de São Paulo; Campos (2016) investigou as mudanças sociais da reforma realizada no estádio Mineirão, em Belo Horizonte-MG, no contexto da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e Miranda (2020), que se debruçou sobre a implementação da Rede Nacional de Treinamento após os Jogos Olímpicos do Rio 2016. Na mesma linha dos megaeventos esportivos, realizou-se uma pesquisa de pós-doutorado da líder do grupo, na Espanha, no ano de 2015, um projeto sobre o modelo Barcelona dos Jogos Olímpicos de 1992 e sua relação com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil. O quadro 1 apresenta as pesquisas em nível de mestrado e doutorado concluídas, e os respectivos pesquisadores da linha de políticas públicas⁴.

⁴ Vale destacar que no mesmo período foram realizados 36 trabalhos de conclusão de curso e três Iniciações Científicas vinculados à temática das políticas públicas.

Quadro 1 – Teses e dissertações defendidas no GEP3L (2004-2020)

Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer	Políticas Públicas e Megaeventos Esportivos
<ul style="list-style-type: none"> • PAGANELLA, Marco Aurélio. Programa Saúde na Escola: percepções de Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores de Educação Física da Região Sul da Grande São Paulo. 2020. Tese. • BANDEIRA, Marília Martins. Políticas públicas para o lazer de aventura: entre esporte e turismo, fomento e controle do risco. 2016. Tese. • SILVESTRE, Bruno Modesto. Precários no trabalho e no lazer: um estudo sobre os professores da rede estadual paulista. 2016. Dissertação. • RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira. Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas-SP. 2012. Tese. • PEREIRA, Ana Paula Cunha. Capital social e lazer: o caso de Angra dos Reis. 2012. Tese. • PIZANI, Rafael Stein. Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940-1960). 2012. Dissertação. • SANTOS, Flávia da Cruz. Procurando o lazer no constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. 2011. Dissertação. • NAKAMOTO, Henrique Okajima. O taikô no Instituto Cultural Nipo-brasileiro de Campinas. 2010. Dissertação. • NUNES, Paulo Cesar. Espaço para o tempo livre. Considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera. 2009. Dissertação. • COSTA, Eduardo Tadeu. Lazer, políticas públicas e a rede de atuação matricial em Santo André. 2006. Dissertação. 	<ul style="list-style-type: none"> • MIRANDA, Carlos Fabre. A rede nacional de treinamento: os Jogos Olímpicos do Rio de 2016 e suas promessas de legados. 2020. Tese. • PAIVA, Simone Golçalves. O Projeto Político para a Copa do Mundo: 1950 e 2014. 2019. Dissertação. • SILVA, Dirceu Santos. A copa do mundo da Fifa 2014 veio ao Brasil: a gestão do estado de São Paulo como sede. 2016. Tese. • CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira Campos. As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após reforma. 2016. Tese. • BASTOS, Alexandre Soares. Os megaeventos esportivos na Piauí. 2016. Dissertação. • PAES, Viviane Ribeiro. Jogos Olímpicos de 2016 e as influências nas políticas públicas para educação física escolar. 2016. Dissertação.

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GEP3L: TEORIAS E METODOLOGIAS

Percebe-se pela descrição apresentada na seção anterior que o GEP3L se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar e uma perspectiva epistemológica pluralista no que diz respeito às metodologias de análise em políticas públicas. Nesse sentido, o ecletismo no aporte teórico se justifica pela iniciativa de acolher alunos com experiências nas diferentes áreas das ciências humanas: ciência política, história, sociologia e antropologia, um esforço interdisciplinar.

Entretanto, há leituras comuns no planejamento das reuniões, que balizam a produção conjunta, tais como Rua (1998) e Frey (2000).

No que diz respeito às metodologias de análise das políticas públicas, encontramos três abordagens principais na produção de pós-graduação do GEP3L: 1) os trabalhos que dialogam com a vertente neoinstitucionalista histórico; 2) os que trabalham com a perspectiva marxista; 3) e os inspirados por um olhar da antropologia da política.

Na primeira abordagem, os trabalhos que dialogaram com o neoinstitucionalismo histórico, foram o de Silva (2016) e Miranda (2020), que buscaram identificar marcas históricas na formulação e implementação de políticas esportivas e megaeventos esportivos no Brasil. Autores como Hall e Taylor (2003) e Pierson (2015) argumentam que a dependência de trajetória é utilizada pelo neoinstitucionalismo histórico para sustentar pontos importantes, como os padrões específicos de tempo (*timing*) e sequência (*sequence*), com importantes contribuições para o campo de estudos das políticas públicas.

Apesar de haver opções, determinados obstáculos obstruem um simples processo de reversão da escolha inicial, ou seja, é possível observar uma tendência de trajetória na política a partir de seus arranjos iniciais. Nessa perspectiva, ao levar em conta o referencial do neoinstitucionalismo histórico em uma *policy analysis*, as pesquisas que dialogam com tal vertente buscaram situar as instituições em uma cadeia causal que considerou fatores de desenvolvimento econômico, políticos e sociais. A análise a partir do neoinstitucionalismo histórico envolve a influência e interferência entre as instituições e seus atores, o que permite a análise de como as instituições influenciam no comportamento dos atores e como os atores influenciam nas mudanças das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

Entre as pesquisas fundamentadas na matriz teórica marxista, destaca-se: a tese de doutorado de Amaral (2004) que, entre outros elementos, buscou analisar o orçamento participativo da cidade de Porto Alegre – RS, perpassou pela categoria de totalidade e com o entendimento de que a realidade se constitui como a síntese de múltiplas determinações; a dissertação de Silvestre (2016), que dedicou parte da pesquisa à realização de uma análise documental das políticas públicas no Estado de São Paulo e as consequências na relação entre trabalho e lazer dos professores que atuam na rede pública de educação desse Estado. Em síntese, os resultados indicaram que as políticas neoliberais degradam o trabalho docente e impactam todas as esferas da vida desses trabalhadores, sobretudo o tempo livre e o lazer; a dissertação de Paiva (2019), que investigou as políticas públicas vinculadas à Copa do Mundo de futebol masculino no Brasil nos anos de 1950 e 2014, utilizou o método de análise de políticas sociais proposto por Boschetti (2009), sobretudo a configuração do financiamento e gasto desses eventos. Em tal perspectiva, entende-se que as políticas públicas não

devem ser avaliadas como fatos em si, mas sim, como uma parte integrante de um todo, ou seja, não são apenas espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas constituem elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais.

Dentre os trabalhos que buscaram dialogar com um olhar da antropologia e política, Ribeiro (2012) e Bandeira (2016) atendem ao chamado por mais estudos de inspiração etnográfica para descrever os bastidores do fazer político. No sentido de observarem seus microprocessos de elaboração conduzidos de “dentro” de suas estruturas e órgãos, o que permite problematizar relações entre agentes sociais envolvidos nos processos por seus perfis sociodemográficos e/ou trajetórias de vida. De modo a não analisarem apenas os produtos do fazer governamental despersonalizado, como documentos estanques, após sua publicação e/ou implementação, mas que mostrem a vida em negociação que os personifica.

Segundo Miranda, Oliveira e Paes (2007) a antropologia da política se volta para a análise do confronto entre diferentes instituições. Complementarmente, Kuschnir (2007), afirma que o “mundo da política” não é um dado a priori, como fazem parecer as grandes teorias generalistas, mas muito variável. Portanto, precisa ser investigado a partir dos comportamentos de agentes sociais peculiares, em contextos particulares.

Vale ressaltar que, entre os anos de 2004 e maio de 2021, a produção do grupo vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, na área de concentração Educação Física e Sociedade, consistiu em 12 dissertações de mestrado, oito teses de doutorado e um pós-doutorado. Do total, apenas três dissertações de mestrado e uma tese de doutorado não foram analisadas, embora parte do referencial teórico-metodológico utilizado possa ser relacionado.

DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS DO GRUPO E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS

A análise da produção científica de artigos especificamente acerca de políticas públicas de esporte e lazer considerou as publicações coletivas dos membros do GEP3L, que estão listadas a seguir por título e ano de publicação (Quadro 2), o que permitiu o debate sobre seu referencial teórico-metodológico, recorte temático e principais resultados.

Quadro 2 – Produção de artigos do GEP3L nos periódicos científicos (2004-2021)

Título do Artigo	Periódico	Autores e ano de publicação
1. Da negação do turismo à defesa do direito ao risco: os primeiros projetos de lei para práticas de aventura no Brasil e a reação de esportistas.	PODIUM sport, Leisure and Tourism Review	BANDEIRA; SILVA; AMARAL (2021)
2. Copa do Mundo Futebol 2014 e Jogos	Licere	PAGANELLA;

Olímpicos Rio 2016 como Políticas Públicas de Estado e de Governo		AMARAL (2020)
3. Definições oficiais para esportes de aventura e esportes radicais no Brasil	Caderno de Educação Física e Esporte	BANDEIRA; AMARAL (2020)
4. Assessing the Timemania Lottery as a sports public policy	Journal of Physical education	SILVA; SILVESTRE; AMARAL (2020)
5. Precários no trabalho e no lazer	Movimento	SILVESTRE; AMARAL (2019)
7. Políticas públicas de Esporte Educacional em São Paulo: impactos dos Jogos Olímpicos de 2016	Movimento	PAES; AMARAL (2017)
8. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	SILVA; BORGES; AMARAL (2015)
9. As políticas públicas de lazer em Brotas/SP	Movimento	RIBEIRO; AMARAL (2015)
10. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil	Sociedade e Estado	AMARAL et al. (2014)
11. Fragmentação e interstorialidade nas políticas públicas de lazer	Revista Brasileira de Estudos do Lazer	RIBEIRO; AMARAL; SILVA (2014)
12. Produção Científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil	Motrivivência	AMARAL; RIBEIRO; SILVA (2014)
13. A copa do mundo de futebol de 2014 e o (novo) Mineirão.	Rua	CAMPOS; AMARAL (2013)
14. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer	Movimento	AMARAL; COSTA (2012)
15. Sobre lazer e políticas sociais: questões teórico-conceituais	Pensar a Prática	SANTOS; AMARAL (2010)
16. Entre a marquise e a pista central: espaço para o tempo livre no Parque do Ibirapuera	Movimento	AMARAL; NUNES JUNIOR (2010)
17. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	AMARAL; PEREIRA (2009)

Fonte: Elaboração própria.

Entre os artigos que se debruçaram sobre as políticas públicas de esporte e lazer em geral, foram analisados 12 artigos: três sobre a produção científica; seis sobre as ações políticas do governo federal e quatro sobre as políticas de governos municipais.

Sobre os três artigos de revisão, Amaral e Pereira (2009) analisaram a produção científica das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil entre os anos de 1999 e 2009. Foram encontrados 159 artigos e a análise indicou que a produção científica estava centrada na dimensão conceitual e na implementação de políticas governamentais, enquanto as dimensões da arena política e normativa não recebiam a mesma atenção. Amaral, Ribeiro e Silva (2014) analisaram publicações acadêmicas brasileiras sobre políticas públicas de esporte e lazer, a partir de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa em cinco periódicos científicos, entre 2009 e

2013. A revisão realizada destacou que a produção científica nas políticas públicas aumentou significativamente em relação ao período analisado pelo primeiro artigo, com abordagem interdisciplinar e com pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas. Os principais resultados indicaram uma concentração de pesquisas na temática do lazer como direito social, políticas públicas do governo federal, democratização da gestão e intersetorialidade. Por fim, indicaram como tendências as pesquisas sobre os megaeventos esportivos, devido à mudança de agenda política do ME, bem como a demanda de pesquisas sobre espaços e equipamentos, financiamento do esporte e arenas políticas. Ribeiro, Amaral e Silva (2014) analisaram a especificamente a produção científica sobre a fragmentação e a intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Desenvolveram revisão de literatura em periódicos científicos e banco de teses da Capes, com abordagem qualitativa. Constataram que a intersetorialidade nas políticas de esporte e lazer não se materializa na prática e se limita ao discurso dos gestores e documentos públicos. Por fim, indicaram a necessidade de mais estudos sobre a intersetorialidade para atender a demanda e incipiência do campo de pesquisa. Os três artigos de revisão contribuíram para o campo das políticas públicas, ao sistematizarem, sintetizarem, quantificarem e mostrarem tendências e lacunas científicas de cada período e temática investigada.

Outros seis artigos discutiram as ações políticas do governo federal. Santos e Amaral (2010) buscaram discutir o tratamento recebido pelo lazer enquanto direito social por parte do Estado brasileiro, a partir de uma análise documental. Destacaram nos resultados que, apesar de o lazer figurar na Constituição Federal de 1988 enquanto um direito social, não há legislações infraconstitucionais que tratem especificamente do lazer, o que acarreta ações difusas e ausência de políticas de Estado vinculadas a esse direito social. Silva, Borges e Amaral (2015) analisaram as ações políticas de esporte e lazer do ME, a partir de uma pesquisa descritiva, com análise de conteúdo de documentos oficiais. Os principais resultados indicaram que: o modelo de gestão se aproximou de uma abordagem gerencial e neoliberal, com ênfase nas ações assistencialistas para um público em vulnerabilidade social; a concepção de direito social esteve relacionada à prestação de serviço, distante do lazer como direito social; os canais de participação social só ocorreram de forma institucionalizada, por meio das Conferências Nacionais do Esporte (CNEs) e do Conselho Nacional de Esporte, com membros indicados pelo ministro do esporte, na sua maioria, representantes do governo. Silva, Silvestre e Amaral (2020) avaliaram os principais resultados da loteria Timemania como política pública de esporte, a partir de uma pesquisa descritiva-analítica, com abordagem qualitativa e análise documental. Os achados principais indicaram que a Timemania não foi eficaz e eficiente, por não atender os objetivos iniciais de arrecadação (500 milhões anuais) em nenhum dos anos pesquisados, entre 2008 e 2017, e por não pagar as dívidas

dos clubes esportivos. Constatou ainda que a loteria não foi efetiva e não impactou no desenvolvimento do esporte, ao se limitar a uma política regulatória, que cumpre a garantia de aporte financeiro para o pagamento das dívidas dos clubes esportivos. Bandeira e Amaral (2020) analisaram a criação da Comissão de Esportes de Aventura (CEAV) do ME, como pioneira política pública nacional e os motivos pelos quais a mesma se dissolveu. Os resultados indicaram que única ação da CEAV foi a publicação de definições oficiais para esportes radicais e de aventura, em 2007, mesmo ano que deixou de se reunir, o que sinaliza paralisia decisória e abandono de agenda. Além da especificidade dos termos eleitos para as definições oficiais, em contraste com o caso da Nova Zelândia também estudado no projeto do qual deriva o artigo, dialogaram com Kingdon (1984), para quem o estudo da não iniciação de políticas públicas ou sua retirada da agenda política formal é tão relevante quanto o daquelas que são implementadas, pois processos de pré decisão permanecem desconhecidos. Os motivos encontrados para a desarticulação da CEAV foram: a) saída do cargo dos principais agentes que apoiaram essa iniciativa; b) dificuldade interna de consenso entre membros de interesses diversos; c) reorganização do organograma do ME com os esportes competitivos e megaeventos. Entretanto, mais recentemente novos eventos políticos acerca destas práticas demandam acompanhamento, tais como inclusão da expressão práticas corporais de aventura como conteúdo da educação física escolar na Base Nacional Comum Curricular. Destaca-se ainda a inclusão de escalada, surfe e skate nos Jogos Olímpicos, o que borra a fronteira entre práticas corporais e espaços de lazer antes considerados subversivos ou alternativos. Paganella e Amaral (2020) apresentam estudo analítico-comparativo dos gastos com estádios e parques olímpicos e concluem que não há compatibilidade entre o ordenamento jurídico e o direcionamento de recursos públicos com os megaeventos esportivos. Todos os cinco artigos discutiram as políticas do governo federal, o que contribuiu para o debate e aperfeiçoamento sobre a política nacional de lazer e de esporte. Bandeira, Silva e Amaral (2021), a partir de um estudo qualitativo, de inspiração etnográfica, analisaram a reação de lideranças de entidades esportivas aos primeiros projetos de lei sobre as atividades de aventura no Brasil. Os principais resultados indicaram que a ocorrência de acidentes em práticas de aventura colocou as atividades de aventura como agenda política do Governo Federal. No entanto, os projetos de lei foram arquivados após a tramitação, o que fomentou o debate entre Estado, sociedade civil e setor privado. Os atletas ou esportivas de aventura buscaram a garantia constitucional de acesso gratuito aos ambientes naturais e a liberdade de gestão de risco.

Os últimos quatro artigos analisaram as políticas públicas municipais. Costa e Amaral (2012, p.218) objetivaram identificar obstáculos estruturais, políticos, culturais, teóricos e subjetivos existentes nas cidades de Itapira e Santo André para a implantação de um novo modelo

de gestão matricial na implementação de políticas públicas de lazer. A partir de um pressuposto teórico de que há fragmentação de políticas públicas, o artigo buscou compreender o funcionamento do Estado como rede, concepções de governança social baseadas em arranjos de diferentes institucionais entre governos, mercado e sociedade civil, e o poder público municipal como um articulador. Os principais obstáculos para a implementação da matricialidade foram: “o número de programas de lazer dispersos existentes nos diferentes órgãos da administração pública, a fragilidade conceitual e política com que as políticas de lazer são encaradas, a baixa cooperação institucional existente entre os órgãos municipais, e as disputas de um poder político que pensa mais em elegibilidade do que em governabilidade”. Ribeiro e Amaral (2016) realizaram uma investigação em contexto municipal, com as políticas públicas de lazer em Brotas, São Paulo, a partir de uma observação direta das reuniões do Conselho Municipal e análise documental. Nos anos de 1990, as atividades de lazer na natureza começaram a se destacar, e nos anos 2000, leis municipais inovadoras no país, com expectativa de intersectorialidade, foram criadas e serviram de modelo para outros municípios. A legislação para o lazer em Brotas indicava simetria entre o lazer esportivo participativo, ambiental e turístico. Os principais resultados indicaram que o lazer turístico de negócios foi o maior foco da prefeitura e houve nessa administração a facilitação do turismo exploratório, que se direcionava mais aos interesses privados do que à conservação ambiental e democratização do acesso ao lazer para o cidadão. Silvestre e Amaral (2019), a partir de uma lente de leitura marxista, tecem uma análise das políticas educacionais do Estado de São Paulo e a precarização do trabalho e do lazer dos professores vinculados à Secretaria do Estado da Educação. A partir da aplicação de questionários e entrevistas, a discussão do artigo destaca que as condições precárias de trabalho refletem em práticas de lazer precárias. Nunes e Amaral (2010) por meio do método de pesquisa antropológica tematizaram a relação entre lazer e espaço urbano a partir de observações no Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo. Por meio do diálogo com autores vinculados às teorias do lazer, identificaram que a ocupação desse lugar se materializa sob a produção de um espaço que revela diversidades e subversões. Os quatro artigos realizaram uma reflexão sobre as políticas públicas dos municípios do Estado de São Paulo, o que sinaliza para uma contribuição científica local e regional.

Sobre os megaeventos esportivos no Brasil, encontramos três artigos. Amaral *et al.* (2014) analisaram a atuação da sociedade civil na resistência contra a remoção forçada das comunidades em localidades próximas às construções relacionadas aos megaeventos esportivos no Brasil, a partir de uma pesquisa descritiva, análise de conteúdo de documentos e reportagens de jornais. Os principais resultados indicaram impacto social negativo para moradia, com cerca de 170 mil pessoas que tiveram que deixar suas casas, com aluguel social ou indenização feita abaixo do valor de

mercado (valor venal estimado pelo poder público). A sociedade civil se mobilizou por meio da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, com repertórios de ocupações de prédios públicos, protestos, abaixo-assinados e postagens de vídeos em redes sociais. Paes e Amaral (2017) objetivaram analisar as políticas públicas de esporte educacional organizadas pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo (SELJ), com ênfase no possível impacto da realização dos Jogos Olímpicos de 2016, a partir de uma triangulação de dados de entrevistas, diários de campo e pesquisa documental. Constatou-se nos resultados que a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil reforçou a pirâmide esportiva, com esporte educacional na base. Criou-se um Comitê São Paulo Rumo a 2016 para implementação de políticas públicas para o esporte e o paradesporto, no entanto, teve uma redução do financiamento esportivo entre 2008 e 2014, período do fim da coleta de dados. Campos e Amaral (2013) analisaram o conceito do (novo) estádio mineirão em Belo Horizonte/MS, em decorrência da realização da Copa do Mundo de 2014, a partir da análise dos discursos e documentos oficiais. Os principais achados sinalizaram para: no que diz respeito a construção do mineirão, em 1965, e sua reforma em 2014, a necessidade de “ser moderno” e melhorar a imagem organizada do país; transformação do torcedor em cliente e privatização do equipamento público, com ênfase no planejamento urbano e política neoliberal.

Além destas produções recortadas e analisadas aqui, os projetos de pesquisa que geraram esses artigos promoveram tantas outras produções acadêmicas de impacto científico nos mais diferentes matizes: sob o formato livros, capítulos de livro e oficinas/cursos de desenvolvimento profissional, ministradas pelo grupo para diferentes prefeituras do estado de São Paulo, realizadas nas unidades do Serviço Social do Comércio (SESC), de Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Taubaté e São José dos Campos no ano de 2013. O grupo apresentou inúmeros trabalhos em congressos, como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (Enarel), Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (antigo Seminário O Lazer em Debate) e Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), com representantes do GEP3L nos respectivos comitês científicos. Cabe destacar, que o grupo liderou a organização do XVI Seminário O Lazer em Debate⁵, na cidade de Campinas, em 2013, sediado pela FEF-Unicamp e Sesc Campinas, e promoveu em 2020, o evento Diálogos Internacionais sobre Políticas Públicas de Educação Física, Esporte, Lazer, Saúde e Cultura, realizado no formato online, devido à pandemia de Covid-19. Além disso, seus membros realizaram ao longo dos anos colaborações com diferentes instituições e pesquisadores, com destaque para as estabelecidas com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e

⁵ O VIX Seminário O Lazer em Debate teve como tema a história dos estudos acadêmicos sobre o lazer no Brasil e, entre outros nomes, contou com a importante participação do professor Frederic Munné.

Universidade de São Paulo (EACH-USP), em nível nacional, e, internacionalmente, além do pós-doc na Universitat de Barcelona, foram realizados três estágios de doutorado sanduíche: na University of Southampton/Inglaterra, na Universidade de Waikato/Nova Zelândia e na Universitat de Barcelona, financiados pelo CNPq e CAPES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS DO GP3L

Procuramos apresentar o desenvolvimento e produção científica do GEP3L e suas contribuições para o campo das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil. Para tanto, discorreremos, para além do início das atividades do grupo e sua consolidação, sobre as temáticas e produções oriundas de trabalhos de graduação e pós-graduação realizados em seu interior. Constatamos que a realização de palestras, oficinas e cursos, bem como a participação e organização em/de congressos acadêmicos e projetos de extensão à comunidade constituíram importantes esforços de impacto na sociedade, com sistematização e divulgação do conhecimento produzido pelo grupo.

No que tange aos pesquisadores com passagem pelo grupo de estudos, seguindo a trajetória de formação acadêmica dedicada aos estudos do lazer – iniciada no DEL e continuada por meio das atuais linhas de pesquisas vinculadas ao GEP3L–, diversos dos que realizaram seus estudos em nível de mestrado e/ou doutorado contribuem com o campo prático e teórico do lazer, atuando em instituições de ensino superior, tanto públicas como particulares ou na educação básica e cargos de gestão pública de várias regiões do país.

Como perspectivas futuras o grupo tem trabalhado em dois projetos, um ligado ao PRINT-CAPES, cuja temática versa sobre o lazer na/da cidade de Campinas como foco inicial, mas será ampliado para análises comparadas com parceiros internacionais. Existe uma perspectiva de uma análise após os jogos olímpicos, a extinção do Ministério do Esporte e das políticas públicas de esporte e lazer na atual conjuntura neoliberal.

Por fim, é importante registrar a crescente relação entre o GEP3L e outros grupos de pesquisas referenciados na área sociocultural e pedagógica da educação física, existentes na FEF da Unicamp. Articulados por meio do Laboratório Margem, esses grupos de estudo têm participado de seminários e projetos comuns de pesquisa. A atuação do GEP3L diz respeito à inserção das temáticas do lazer e das políticas públicas nesses estudos integrados.

REFERÊNCIAS



AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 192 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; COSTA, Eduardo Tadeu. Possibilidades de matricialidade na administração pública do lazer. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 18, p. 205-220, abr. 2012. Doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.19220>

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; PEREIRA, Ana Paula Cunha. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, p. 41-57, 2009.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção Científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, p. 27-40, 2014. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n4p27>.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco; SILVA, Dirceu Santos; SANTOS, Marcel Ivan dos; VARGAS, Gabriel Rocha. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 637-660, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200015>

BANDEIRA, Marília Martins. **Políticas públicas para o lazer de aventura**: entre esporte e turismo, fomento e controle do risco. 233 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BANDEIRA, Marília Martins; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Definições oficiais para esportes de aventura e esportes radicais no Brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, p. 1-7, 2020.

BANDEIRA, Marília Martins; SILVA, Dirceu Santos; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Da negação do turismo à defesa do direito ao risco: os primeiros projetos de lei para práticas de aventura no Brasil e a reação de esportistas. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 160-193. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v10i2.17831>

BASTOS, Alexandre Soares. **Os megaeventos esportivos na revista Piauí**. 138 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira. **As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após a reforma**. 313 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira; AMARAL, Sílvia Cristina Franco. A copa do mundo de futebol de 2014 e o (novo) Mineirão. **Rua** (UNICAMP), Campinas, v. 19, p. 40-56, 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v19i1.8638233>

CAVALCANTI, Kátia. **Esporte para Todos**: um discurso ideológico. SR IBRASA, 1984.

COSTA, Eduardo Tadeu. **Na rede, pelo lado de fora? Gestão matricial e políticas públicas de lazer na cidade de Santo André**. 129 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p.211-259, jun. 2000.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. **Revista Lua Nova**, v. 1 n. 58, p. 193-233, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**, Boston: Little, Brown & Co., 1984.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200014>

LIMA, Rafaela Peres Alves de. **Lazer e educação física na primeira metade do século XX**: um estudo de afinidades eletivas. 140 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LINHALES, Meily. A. **Trajatória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARCISSA, Luciana Pedrosa. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. 213 f. Dissertação (Mestrado em educação brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MIRANDA, Ana Paula; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de; PAES, Vívian Ferreira. Antropologia e Políticas Públicas: notas sobre a avaliação do trabalho policial. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 25, p.51-70, 2007.

NAKAMOTO, Henrique Okajima. **O Significados do taikô no Instituto Cultural Nipo Brasileiro de Campinas**. 173 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar. **Espaço para o tempo livre**: considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera. 87 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2009.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Entre a marquise e a pista central: Espaço para o tempo livre no Parque do Ibirapuera. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 16, p. 249-266, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.8017>

PAES, Viviane Ribeiro. **Jogos Olímpicos de 2016 e as políticas públicas de esporte educacional do estado de São Paulo**. 140 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PAES, Viviane Ribeiro; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas de Esporte Educacional em São Paulo: impactos dos Jogos Olímpicos de 2016. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. 715-728, 2017. Doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.71006>

PAGANELLA, Marco Aurélio. **Programa Saúde na Escola**: percepções de Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores de Educação Física da Região Sul da Grande São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

PAGANELLA, Marco Aurélio; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Copa do Mundo Futebol 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016 como Políticas Públicas de Estado e de Governo: Equívocos Inequivocos. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 278–298, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26696>

PEREIRA, Ana Paula Cunha. **O lazer e a residência secundária em Angra dos Reis-RJ**. 199 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PIERSON, Paul. Retornos crescentes, dependência da trajetória (path dependence) e o estudo da política. **Ideias**, v. 6, n. 2, 2015.

PIZANI, Rafael Stein. **Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas**: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940-1960). 127 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira. **Um estudo das políticas públicas de lazer de Brotas-SP**. 156 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

- RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. “O clube da Rhodia e os moradores da Vila Holândia – Campinas-SP”. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 3. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v17i3.26168>
- RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Entre o Lazer Esportivo Participativo e Ambiental e o Lazer Turismo – As Políticas Públicas de Lazer em Brotas/SP. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. 63-74, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.52291>
- RIBEIRO, Olivia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco; SILVA, Dirceu Santos. Fragmentação e intersetorialidade nas políticas públicas de lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, p. 85-98, 2014.
- RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. das G., CARVALHO, M. I. (Org.). **O Estudo da Política**: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SANTOS, Flavia da Cruz. **Procurando o lazer no constituinte**: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. 177 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- SANTOS, Flavia da Cruz; NAKAMOTO, Henrique Fábio; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Uma história da Vila Holândia por meio dos divertimentos de seus moradores. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 124-146, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.851>
- SANTOS, Flavia da Cruz; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Sobre Lazer e Políticas Sociais: questões teórico-conceituais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 13, p. 1-13, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v13i3.10175>
- SILVA, Dirceu Santos. **Copa do Mundo da Fifa 2014 veio ao Brasil**: a gestão do estado de São Paulo como sede. 197 f. Tese (Doutorado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>
- SILVA, Dirceu Santos; SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Assessing the Timemania Lottery as a sports public policy. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 31, n. 1, e-3131, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphiseduc.v31i1.3131>
- SILVA, Dirceu Santos; SILVESTRE, Bruno Modesto; SILVA, Junior Vagner Pereira da. Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 42, e2035, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.42.2019.075>
- SILVESTRE, Bruno Modesto. **Precários no trabalho e no lazer**: um estudo sobre os professores da rede estadual paulista. 140 f. Dissertação (Mestrado em educação física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Precários no Trabalho e no Lazer: um estudo sobre os professores da Rede Estadual Paulista. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, e25014, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.86965>
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- WERNECK, Christianne Luce. **Significados de lazer e recreação no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). 322 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS

Aos pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEP3L)

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do manuscrito: S. C. F Amaral. B. M. Silvestre. M. M. Bandeira. D. S. Silva.

Coleta de dados: B. M. Silvestre. M. M. Bandeira. D. S. Silva.

Análise de dados: B. M. Silvestre. M. M. Bandeira. D. S. Silva.

Discussão dos resultados: B. M. Silvestre. M. M. Bandeira. D. S. Silva.

Produção do texto: S. C. F Amaral. B. M. Silvestre. M. M. Bandeira. D. S. Silva.

Revisão e aprovação: D. S. Silva.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Códigos de Financiamento: 140853/2013-8; 202817/2014-8; 140454/2017-9; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Código de Financiamento 2013/04323-9

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não existem conflitos de interesses financeiros ou pessoais entre os autores, os revisores e os editores.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITORES ASSOCIADOS DA SEÇÃO TEMÁTICA

Fernando Henrique Carneiro; Marcelo de Paula Melo

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

João Caetano Prates Rocha; Keli Barreto.

HISTÓRICO

Recebido em: 09 de dezembro de 2020.

Aprovado em: 02 de fevereiro de 2021.